

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 681/XII/2ª

REFORÇO DO INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO

O momento em que esta petição chega ao parlamento é particularmente atual. A aceleração da refundação do Estado, agora em dose reforçada, ameaça desfigurar o Estado Social e a educação em particular.

A escola pública está neste momento perante o futuro da institucionalização das desigualdades através da escola dual, da precarização drástica da docência que representa o despedimento em mobilidade especial e da gestão autoritária e anti comunitária imposta pelos Mega agrupamentos. Todo um programa de desqualificação da escola pública que se desculpa e legitima na austeridade.

Os sucessos da escola pública no Portugal democrático são notáveis. De um país praticamente analfabeto, em trinta anos Portugal colocou-se numa rota que lhe permite almejar a níveis europeus de qualificação apesar de nunca o investimento público ter alcançado sequer a média do PIB de investimento Europeu em educação. Muito se fez com muito pouco.

São no entanto ganhos que escondem fragilidades extensas. O desinvestimento em educação ameaça esbanjar todos os ganhos dos últimos trinta anos. No momento em que 53% da população ativa entre os 25 e os 45 anos não tem diploma escolar além do 9º ano, o desinvestimento na formação de adultos é um disparate económico que Portugal pagará caro. Numa altura em que, nos últimos dez anos, a escola pública perdeu 50 mil professores, e quando o ritmo de aposentações dos professores com mais experiência

ultrapassa os 4500 ao ano, é pura irresponsabilidade lançar outros tantos milhares de professores para o despedimento da mobilidade especial. Precisamente numa altura em que se alarga a escolaridade obrigatória. Perdem os alunos, perdem os pais, perde o país.

O Bloco de Esquerda associa-se por isso à petição n.º 198/XII/2ª, promovida pela FENPROF, CONFAP, FNSP, SIEE, STAL, e CNIPE, defendendo o fim dos cortes do investimento público em Educação.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

Proceda aos esforços necessários para reforçar o investimento público em Educação a um nível não inferior a 6% do PIB.

Assembleia da República, 12 de abril de 2013.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,